

Pós-Memória em Belo Horizonte: narrativas de filhos de sobreviventes da Shoá

Júlia Amaral Amato Moreira¹

Resumo: o artigo visa apresentar uma possibilidade de análise das memórias de filhos de sobreviventes do Holocausto, baseada no estudo de vinte e dois relatos orais da segunda geração na cidade de Belo Horizonte, Brasil, entendidos sob a ótica da Pós-memória. Para tanto propõe-se um entendimento do tema a partir de camadas de memória, ou variações de escala, que permitam a conjugação das várias faces e temporalidades imbricadas na narrativa oral expressa no tempo presente.

Palavras-chave: Pós-memória; memória do Holocausto; segunda geração.

¹ Mestre em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Faz parte do Núcleo Anne Frank de Minas Gerais e é uma das coordenadoras do Laboratório História e Memória do Holocausto do Projeto IBI no Campus (Instituto Brasil-Israel). Texto baseado na dissertação de Mestrado defendida em 2022, com financiamento do CNPq.

PÓS-MEMÓRIA EM BELO HORIZONTE: NARRATIVAS DE FILHOS
DE SOBREVIVENTES DA SHOÁ
MOREIRA, J. A. A.

Postmemory in Belo Horizonte: narratives of children of Shoah survivors

Abstract: The article aims to present a possibility of analysis on memories of children of Holocaust survivors, based on the study of twenty-two oral reports of the second generation in the city of Belo Horizonte, Brazil, understood from the perspective of Postmemory. In order to do so, an understanding of the theme is proposed based on memory layers, or scale variations, which allow the conjugation of the various faces and temporalities imbricated in the oral narrative expressed in the present time.

Keywords: Postmemory; Holocaust memory; Second generation.

PÓS-MEMÓRIA EM BELO HORIZONTE: NARRATIVAS DE FILHOS
DE SOBREVIVENTES DA SHOÁ
MOREIRA, J. A. A.

Introdução

Ao falar sobre o passado de seus pais, filhos de sobreviventes do Holocausto¹ por vezes expressam frases que demonstram uma profunda vinculação afetiva com os eventos traumáticos vividos por seus pais. “É visceral”, “eu sinto isso na minha alma”, angústias vindas da geração anterior, são algumas das expressões ditas por estes sujeitos que nos levam a refletir que há algo de particular na maneira como aqueles que foram criados em lares de sobreviventes da Shoá percebem e falam sobre tal passado. O passado familiar deste grupo, a chamada segunda geração, afeta sua realidade e sua auto narrativa de várias formas: o lugar onde nasceram, sua configuração familiar, seus medos e desejos e por muitas vezes inclusive seus nomes, dados em homenagem a algum parente perdido no processo genocida. Além da dor e da perda, a segunda geração também testemunhou a reconstrução e continuidade da vida de seus pais, o que se percebe nas falas de superação. Ainda assim, “apesar do” e “a partir do”, são marcadores de diferentes perspectivas, mas que igualmente localizam o passado como uma referência importante para a explicação do presente.

Por outro lado, muito se fala sobre a experiência única e limite de sobreviver ao genocídio, traduzida por uma ideia de que “só quem viveu pode saber”, e da incomunicabilidade da experiência extrema. Nesse ponto, os filhos se colocam ao lado de todo o resto da população, os “não sobreviventes”, os que não podem entender, já que não viveram. A rigor, podemos concluir que, em qualquer caso, é impossível sentir a dor do Outro. Viver nessa dualidade, proximidade e afastamento, é uma das características que tornam as narrativas dos filhos de

PÓS-MEMÓRIA EM BELO HORIZONTE: NARRATIVAS DE FILHOS
DE SOBREVIVENTES DA SHOÁ
MOREIRA, J. A. A.

sobreviventes um verdadeiro “caso de memória”, como chama Susan Suleiman os episódios que, ao recorrerem ao passado, à Segunda Guerra Mundial e ao Holocausto, demandam uma reorganização identitária e narrativa, que apresentam um dilema em relação às lembranças de um indivíduo ou de um grupo¹.

Esse texto busca trazer de forma breve as principais reflexões desenvolvidas na dissertação de mestrado intitulada *“Eu vivi visceralmente esse sentimento de perda”: pós memória e narrativas de filhos de sobreviventes do Holocausto em Belo Horizonte*, a fim de contribuir com o campo dos estudos das memórias de segunda geração ao apresentar uma possibilidade de investigação destas. A pesquisa baseou-se em vinte e duas entrevistas gravadas durante o projeto de iniciação científica intitulado “Herdeiros da Memória: relatos da segunda geração de sobreviventes do Holocausto na comunidade judaica de Belo Horizonte” realizado pelo Instituto Histórico Israelita Mineiro (IHIM), entre 2017 e 2019. Este foi idealizado como parte do Acervo de História Oral da instituição, que já possuía, entre outras séries documentais, um conjunto de dezesseis entrevistas realizadas com sobreviventes que residiam em Belo Horizonte, ente 1988 e 1992. Este conjunto de dezesseis entrevistas, que veio a originar o documentário “Vidas”, foi o ponto de partida para a produção de uma reflexão sobre a vida destes sobreviventes e seus descendentes, sua integração na institucionalidade judaica mineira, a historicidade da memória da Shoá e, do ponto prático, os primeiros nomes que poderiam ser procurados para a nova leva de entrevistas. Ao longo da pesquisa, foram levantados cerca de setenta sobreviventes que vieram a residir na cidade.

De pronto, a discussão sobre memória é fundamental para compreendermos as narrativas sobre o passado. A “vida do passado no presente” como descreveu

PÓS-MEMÓRIA EM BELO HORIZONTE: NARRATIVAS DE FILHOS
DE SOBREVIVENTES DA SHOÁ
MOREIRA, J. A. A.

Tzvetan Todorov^{III}, se tornou um objeto das ciências sociais a partir da década de 1960 e se desenvolveu com estreito vínculo com os estudos do Holocausto, de maneira que “quem disser memória dirá Shoah”, frase que Pierre Nora atribui a Jay Winter^{IV}. Junto À memória, os estudos do trauma acompanham os estudos do Holocausto, inserindo-se na historiografia a partir de uma multiplicidade de sentidos: amnésias e obsessões, pessoais e coletivas^V. Na perspectiva que recorre à psicanálise, à rigor, não haveria o acesso direto ao real e, portanto, todo o contato com o real seria traumático, sobretudo no mundo da catástrofe da modernidade^{VI}. Se levada à última análise, a teoria do trauma por vezes incorre na tentação da generalização hiperbólica, que retira a especificidade da experiência da vítima e do sobrevivente, como alerta LaCapra. Mesmo assim, aponta o autor, o acontecimento traumático tem seu maior efeito sobre a vítima, mas afeta também, ainda que de maneiras diferentes, todos aqueles que entram em contato com ele, inclusive os nascidos *a posteriori*^{VII}. Enquanto “ferida na memória”, como algo que não é propriamente bem “digerido” no ordenamento do passado, o trauma gerado pela Shoá se estende no tempo e no espaço, tanto transcendendo o sujeito, quanto extrapolando a fronteira da geração. Daí os estudos que buscam explicar os traumas coletivos e suas dinâmicas, e também os estudos que inserem o trauma como um importante aspecto da memória intergeracional. Nesse sentido, a pós-memória, conceito de Marianne Hirsch^{VIII}, parece-nos adequado ao chamar atenção para os temas do trauma intergeracional, das rupturas do “pós” e das continuidades da “memória”, ao refletirmos sobre as falas de sujeitos marcados “na alma” por um evento que precedeu seu nascimento.

Apesar de poderoso e profundo, o contato com o passado estabelecido pela segunda geração é marcadamente mediado, ainda mais se pensarmos na

PÓS-MEMÓRIA EM BELO HORIZONTE: NARRATIVAS DE FILHOS
DE SOBREVIVENTES DA SHOÁ
MOREIRA, J. A. A.

grande quantidade de produtos culturais originados do trabalho de memória feito com o Holocausto ao longo das décadas. Tal processo passou por muitas transformações ao longo dos anos e foi alvo de intensas reflexões, e os filhos de sobreviventes o experimentaram de forma única e a partir de uma múltipla referencialidade. A partir disso, propõe-se entender suas narrativas a partir de uma ideia de camadas de memória, ou variações de escala. Em um primeiro momento, buscaremos entender como o discurso sobre o Holocausto evoluiu no espaço público, a partir de alguns dos produtos culturais e debates sobre a memória coletiva que levaram o genocídio dos judeus europeus ao lugar de trauma coletivo; em seguida, exploraremos algumas das problematizações que tangenciam o Holocausto enquanto passado judaico, e como o tema foi abordado na comunidade judaica de Belo Horizonte, onde os entrevistados frequentaram em maior ou menor grau e vivenciaram a sociabilidade comum; por último, abordaremos a subjetividade dos entrevistados e suas experiências pessoais ao se relacionarem com o Holocausto e com seus pais sobreviventes. Observa-se que as narrativas da segunda geração transitam entre tais esferas, que se alimentam de sentidos reciprocamente. É importante, de início, deixar claro que não pretendemos tratar a segunda geração como grupo homogêneo. Mas, entendendo que tal trânsito de dá de forma particular a cada um, também não nos parece proveitoso dividi-los em grupos esquemáticos, que presumiriam constância ou coerência discursiva que dificilmente se verificam.

A memória universalizada do Holocausto e suas esferas

De início, podemos recorrer aos estudos da memória coletiva para destacar que ninguém se lembra sozinho. Há sempre uma intersubjetividade da qual é

PÓS-MEMÓRIA EM BELO HORIZONTE: NARRATIVAS DE FILHOS
DE SOBREVIVENTES DA SHOÁ
MOREIRA, J. A. A.

impossível se desvencilhar, a começar pela própria linguagem compartilhada que dá forma às lembranças individuais. Essa intersubjetividade atinge nossa relação com o mundo e com nossas experiências pessoais. Mais ainda, quando recorremos ao passado, encontramos um arcabouço de representações herdado, narrativas que circulam no espaço público, e que formam o que chamamos de memória coletiva. Assim, buscaremos discutir como a memória do Holocausto foi sendo representada em escalas coletivas e os principais processos que a atingiram, desde as primeiras décadas após seu fim, o que originou o arcabouço mobilizado pela segunda geração em suas falas.

Enzo Traverso aponta que a memória é resultado da interação de vários “vetores”. Tais vetores de memória, que coexistem e se transformam, podem ser forjados pela indústria cultural, por políticas de memória, entre outras iniciativas institucionais. “Os indivíduos mudam, suas recordações perdem ou adquirem uma nova importância segundo os contextos, as sensibilidades e experiências adquiridas”, explica^x. Da mesma maneira que a memória não é objeto fixo e imutável, não se pode presumir também que o caráter violento ou irruptivo de um determinado acontecimento é o que o transforma, naturalmente, em evento traumático para uma sociedade. O sociólogo estadunidense Jeffrey Alexander aponta que, para que um sofrimento individual alcance o status de trauma coletivo, é necessário um intenso trabalho político e cultural, que “depende de discursos, rituais, marchas, reuniões, peças de teatro, filmes e histórias de todos os tipos”^x que atribuam tal status ao evento.

É a circulação desses atos performativos de agentes coletivos no meio público, uma vez convincentes ao determinar a natureza do dano sofrido pelo grupo vítima e capazes de gerar a identificação do público ouvinte com este grupo,

PÓS-MEMÓRIA EM BELO HORIZONTE: NARRATIVAS DE FILHOS
DE SOBREVIVENTES DA SHOÁ
MOREIRA, J. A. A.

o que compõe o que ele chama de processo social traumático: a lacuna entre evento e sua representação. Essa ação narrativa, ao circular no espaço público, é mediada por diferentes arenas institucionais, marcadas por suas próprias hierarquias de poder. Isso quer dizer que o processo de constituição de um trauma coletivo não é alheio às dinâmicas de poder que permeiam as sociedades, mas, pelo contrário, está sujeito a elas e em alguma medida às compõe^{XI}.

Para tornar-se o evento coletivamente traumático que conhecemos hoje, o Holocausto teve que passar pelo processo descrito pelo sociólogo, ganhando tal atribuição de sentido em nossa cultura de história ^{XII}. Nos anos imediatamente posteriores ao fim da Segunda Guerra Mundial, o extermínio dos judeus não era conhecido como evento histórico destacado, sendo parte das “atrocidades” da guerra, das quais foram vítimas outros grupos mais reconhecidos, como prisioneiros de guerra. Os judeus, grupo tão específico e despersonalizado pelos meios de comunicação, não se tornaram um grupo com o qual o público poderia se identificar facilmente. Ao mesmo tempo, o nazismo era codificado como mal absoluto, geralmente em oposição aos EUA e aos outros países Aliados. À medida em que os Aliados chegavam aos campos de concentração, as atrocidades eram narradas a partir de uma “crônica da libertação”, na qual o mal absoluto existia, mas finalmente o mundo era libertado pelo bem. Alexander chama esta narrativa de “progressiva”, baseada na ideia circulante de progresso.

Havia, no entanto, uma outra forma de narrar o assassinato em massa dos judeus, que ele chamou de narrativa “trágica”, pouco difundida inicialmente^{XIII}. Para que a narrativa trágica ganhasse espaço, foi necessária uma mudança nas sensibilidades, processo que Traverso chama de “eclipse das utopias”^{XIV}. Ele argumenta que, enquanto os séculos passados teriam sido marcados pelas

PÓS-MEMÓRIA EM BELO HORIZONTE: NARRATIVAS DE FILHOS
DE SOBREVIVENTES DA SHOÁ
MOREIRA, J. A. A.

revoluções e promessas de futuros utópicos, o século XXI nasceu na descrença do futuro, marcado simbolicamente pela queda do Muro de Berlim, em 1989. Essa mudança paradigmática vincula-se ao medo do futuro e à descrença de que os horrores do passado tenham sido de fato superados, como indicava o retorno de grupos neonazistas. Nesta nova estrutura cultural, estaríamos vivendo o que Andreas Huyssen chama de “cultura da memória”, que valoriza o passado frente a um presente fragmentado^{xv}.

Ademais, alguns eventos levaram a revisão do caráter heróico e a legitimidade narrativa das nações vencedoras da Segunda Guerra, como os impopulares conflitos da segunda metade do século XX. Na década de 1990, com a narrativa progressiva definitivamente colocada em questão, a narrativa trágica passa a ganhar os vetores de memória e se institucionalizar. Nela, o mal sofrido pelos judeus é difundido pelo viés da inexplicabilidade e unicidade, um evento sem precedentes, um mal sacralizado^{xvi}. Como um processo inscrito na modernidade, o evento único passa a ser universalizado: “seus personagens, seu enredo e seu lamentável desenlace foram transformados em um drama menos limitado nacionalmente, menos temporalmente específico e mais universal”^{xvii}. Nesse novo contexto, um grupo, até então modesto e silencioso, ganha o centro da cena: as vítimas.

Uma importante esfera do debate público notável neste processo foi a esfera legal. A crítica literária Shoshana Felman nos elucida que, apesar da pretensão da imparcialidade, a justiça silencia as questões subjetivas, traumas e dramas sociais, contendo-as em sua linguagem técnica. Apesar disso, o julgamento acaba sendo controlado pelo drama, em seu próprio inconsciente estrutural, acabando por repetir e restaurar a estrutura do trauma^{xviii}. Essa esfera tentou resolver os

PÓS-MEMÓRIA EM BELO HORIZONTE: NARRATIVAS DE FILHOS
DE SOBREVIVENTES DA SHOÁ
MOREIRA, J. A. A.

traumas da história com as ferramentas do direito desde os Julgamentos de Nuremberg, que enfrentou uma série de desafios e cuja legitimidade vinha diretamente da vitória na guerra. Por resultado, os julgamentos de Nuremberg significaram mais um reforço à narrativa de que o mal, já vencido, havia também sido julgado, e a humanidade poderia seguir em seu caminho de progresso.

Perspectiva bem diferente surgiria mais tarde, em 1961, no julgamento de Eichmann, nazista capturado na Argentina, ocorrido em Jerusalém. Além da intensa cobertura midiática, o julgamento expressou e possibilitou importantes mudanças paradigmáticas sobre o Holocausto, enquanto acontecimento a parte da Segunda Guerra Mundial, e centrado no extermínio dos judeus^{xix}. Mais ainda, um aspecto importante do julgamento e sua repercussão foi transitar entre histórias com efeitos na psique dos indivíduos, a uma história coletiva com preocupações compartilhadas^{xx}. O ponto mais impactante, no entanto, seria o que Felman chama de “revolução conceitual na vítima”: o julgamento estabeleceu e legitimou uma nova linguagem, a partir da qual as vítimas poderiam escrever a história^{xxi}.

Essas mudanças nas maneiras de representar a Shoá também se expressou na esfera institucional: marcos, museus e memoriais. Esses vetores de memória em geral simbolizam a estabilização e a institucionalização de uma certa identidade e de uma certa memória, a cristalização de narrativas antes líquidas. Os primeiros monumentos que surgiram após a guerra se dedicaram à vitória e aos exércitos vencedores. Enquanto prevalecia a narrativa progressiva, os esforços de monumentalizar a Shoá foram poucos e enfrentaram muitos obstáculos^{xxii}.

Um dos primeiros passos em direção a uma memória institucionalizada do Holocausto pode ser localizado na fundação do o Beit Lochamei Haguetat (Casa dos Combatentes do Gueto), museu dedicado às resistências armadas do período,

PÓS-MEMÓRIA EM BELO HORIZONTE: NARRATIVAS DE FILHOS
DE SOBREVIVENTES DA SHOÁ
MOREIRA, J. A. A.

em 1949. Ainda em 1951, foi instituído no parlamento israelense o *Yom Hazikaron LaShoá ve LaGvurá* (Dia da lembrança do Holocausto e do Heroísmo), em homenagem ao Levante do Gueto de Varsóvia, celebrado oficialmente a partir de 1959. O foco nas resistências armadas só mudaria nos anos 1970, após a mudança do status do sobrevivente e pela ampliação do conceito de resistência^{xxiii}.

A centralidade que o Yad Vashem, museu do Holocausto de Jerusalém, operou nesse processo foi dividida com United States Holocaust Memorial Museum (USHMM) em Washington, já idealizado, a partir de 1979, a partir da narrativa trágica. Além da presidência do sobrevivente Elie Wiesel na comissão idealizadora, por exemplo, o museu exporia uma fotografia aérea tirada de Auschwitz-Birkenau, em maio de 1944 pela força aérea americana, entre outros documentos que mostravam o conhecimento dos aliados sobre a situação dos campos de concentração^{xxiv}. Ao fim da década de 1990, há uma proliferação de museus judaicos que passaram a narrar o Holocausto pelo mote da vida, em oposição a morte e ao foco no número massificado: os seis milhões^{xxv}. Ademais, a volta do trânsito em países do leste europeu, permitiu que os lugares de memória da Shoá como os campos de concentração fossem visitados sistematicamente e estabelecidos institucionalmente.

O talvez mais importante gênero de memorialização do Holocausto advindas das mudanças paradigmáticas descritas e das novas tecnologias apareceu também no fim do século: os projetos que buscaram gravar as entrevistas com sobreviventes. O testemunho como gênero ganhou um importante espaço midiático e também teórico, tendo originado importantes debates que são hoje base para as pesquisas em torno da memória do Holocausto^{xxvi}.

PÓS-MEMÓRIA EM BELO HORIZONTE: NARRATIVAS DE FILHOS
DE SOBREVIVENTES DA SHOÁ
MOREIRA, J. A. A.

Na esfera cultural, especificamente livros e filmes, essa mudança também é observada. Já na década de 1940 o cinema começou a abordar imagens documentais de campos de concentração, com suas massas cadavéricas, com fins de propaganda sobre as “atrocidades” findadas pelos aliados^{xxvii}. Outros filmes de narrativa progressiva também foram produzidos nos EUA, mais voltados a representar os heróis militares e prisioneiros de guerra não judeus, assim como em outros países, como o francês *Noite e Neblina*, de 1955, que se debruça sobre as deportações políticas.

Das narrativas vinculadas à perspectiva trágica, mais focadas no drama e sofrimento e voltadas para histórias pessoais e familiares, uma das primeiras e mais importantes foi a publicação do *Diário de Anne Frank*, em 1947. No mesmo ano, porém, Primo Levi publica o livro *É isto um homem?*, após algumas recusas de editoras e com uma pequena tiragem de pouco sucesso. Anos mais tarde, após o giro simbólico sobre os sobreviventes e a valorização de suas experiências, a literatura de testemunho viria a ser protagonista na difusão do Holocausto.

Nas telas, a transição da representação de massas para a narrativa particular e familiar se solidifica com a minissérie *Holocaust*, de 1978 lançada inicialmente nos EUA e transmitida internacionalmente. É a partir de seu sucesso que a indústria cinematográfica passa a se interessar pelo tema^{xxviii}. Entre outras produções, podemos destacar *A Lista de Schindler*, de 1993, ganhador de sete Oscars, como protagonista na mudança de perspectiva sobre o Holocausto e sobre os sobreviventes no âmbito das comunicações de massa. Mesmo com as várias críticas feitas ao filme, ele foi a contribuição definitiva para o lugar central que o Holocausto alcançou na identidade e memória judaicas^{xxix}.

PÓS-MEMÓRIA EM BELO HORIZONTE: NARRATIVAS DE FILHOS
DE SOBREVIVENTES DA SHOÁ
MOREIRA, J. A. A.

Os filhos entrevistados se lembram do impacto do filme para os próprios sobreviventes, seus pais, e o retorno do tema com a repercussão da produção. Morgana se lembra, por exemplo: “Acho que o último, que ele foi no cinema assistir *A Lista de Schindler*. Mamãe disse que, foi ele e mamãe sozinhos, ele passou mal. E chegou aqui contando que o filme não mostra nem um décimo do que eles sofreram lá”^{xxx}. A queixa da inabilidade em apresentar o sofrimento não é uma percepção só do pai de Morgana: todo esse processo foi acompanhado por um intenso debate sobre os limites de se representar um evento-limite.

Como diz Primo Levi, nossa língua não tem palavras para expressar essa ofensa: a aniquilação de um homem. Este acontecimento não cabe nas palavras, nem nas imagens, nem nesta Terra, nem na hesitação desta Voz, nem na dureza deste Rosto que logo desatará num tremor incontrolável. Muito menos poderia caber num filme de Spielberg^{xxxi}.

Claude Lanzmann, diretor do documentário Shoah e importante intelectual deste debate expressou, na ocasião do lançamento de *A Lista de Schindler*, algo parecido com a frase acima do filósofo Peter Pal Pelbart: “há coisas que não podem e não devem ser representadas”^{xxxii}.

Apesar disso, podemos observar a partir do processo de representação da Shoá no espaço público o status que hoje conhecemos: de memória universalizada e passado que carrega em si uma lição ética. As concepções sobre “Holocausto” e sobre “sobrevivente” surgiram no desenrolar deste processo. A palavra Holocausto teve uma ampliação de sua força simbólica, a partir do momento em que o olhar sobre a guerra mudou e passou a assumir um viés mais particularista, ligado a um grupo, os judeus, e ao mesmo tempo adquirindo um caráter universal. Do lado universalista, a palavra Holocausto se tornou uma

PÓS-MEMÓRIA EM BELO HORIZONTE: NARRATIVAS DE FILHOS
DE SOBREVIVENTES DA SHOÁ
MOREIRA, J. A. A.

referência do mal absoluto. Do lado particularista, a palavra se associa ao sofrimento dos judeus, se desdobrando na categoria “sobreviventes do Holocausto”, que outrora era chamada de “prisioneiros libertados”, “refugiados de guerra” ou “pessoas deslocadas”^{xxxiii}.

Identidade e sociabilidade: Shoá na comunidade judaica de Belo Horizonte

A partir dos marcos e espaços comunitários das instituições judaicas de Belo Horizonte, podemos dizer que, hoje, o Holocausto possui lugar central na memória e identidade deste grupo. A pequena comunidade realiza os eventos comemorativos com relativa expressividade, erigiu monumentos e homenageia os sobreviventes. Porém, como já discutido, um olhar cuidadoso deve desnaturalizar as “tradições” para observar os processos. Processos estes que permeiam constantemente as falas dos entrevistados, que, em maior ou menor grau, vivenciaram a institucionalidade judaica da cidade, compondo, esta, sua sociabilidade comum.

Na documentação trazida por Ethel Cuperschmid em sua pesquisa sobre a comunidade judaica de Belo Horizonte, encontra-se um registro sobre a inauguração de um monumento em lembrança ao Levante do Gueto de Varsóvia, em 1953^{xxxiv}. Isso indica que em Belo Horizonte, assim como em outras partes, a memória inicialmente homenageou e valorizou o passado referente aos resistentes armados. Foi ainda em 1959, no entanto, que a comunidade fez um memorial, no Cemitério Israelita, onde homenageava os judeus mortos pelo nazismo, e não a resistência. Entretanto, na ata que relata a inauguração do monumento, entre

PÓS-MEMÓRIA EM BELO HORIZONTE: NARRATIVAS DE FILHOS
DE SOBREVIVENTES DA SHOÁ
MOREIRA, J. A. A.

todas as pessoas que falaram não consta nem um dos mais de sessenta sobreviventes que vivem na cidade.

Quando perguntados sobre homenagens feitas a seus pais, não foi incomum a resposta de que nunca houve. A valorização da memória dos sobreviventes, como vimos, apesar de central para o processo de memorialização da Shoá, aconteceu de forma relativamente tardia. Tal processo de valorização apenas se iniciou com o Julgamento de Eichmann, na década de 1960, em um processo longo e complexo. É partir dos anos 1980 e 1990 que o interesse pelos testemunhos marcadamente cresceu, com abertura de museus, desenvolvimento de instituições e projetos de história oral e da produção de filmes que geraram grande repercussão pública, inclusive no Brasil. A essa altura, muitos dos sobreviventes já haviam falecido. Outro fator fundamental é o da própria definição não consensual de quem é sobrevivente, tendo muitos deles se integrado à comunidade como imigrantes comuns^{xxxv}.

Samuel evidencia o aumento cronológico das homenagens e marcos na vivência de seus pais, ambos sobreviventes:

Samuel: Com meu pai eu não lembro, não; com minha mãe, sim. Aí toda vez que tinha cerimônia de... próximo do Yom Kipur [sic], aí chamava minha mãe pra acender uma das velas, em memória aos 6 milhões de judeus, quando os números começam a aparecer, de quanto... não só nós judeus ficamos horrorizados, como toda a população. E depois quando [se] institui o dia 27 de janeiro como dia do Holocausto, também se chamava mamãe para acender as velas. Normalmente [no] mês de abril a gente fazia a cerimônia da comemoração do término da Guerra^{xxxvi}.

PÓS-MEMÓRIA EM BELO HORIZONTE: NARRATIVAS DE FILHOS
DE SOBREVIVENTES DA SHOÁ
MOREIRA, J. A. A.

Sobre o pai, falecido em 1986, além de não ter recebido homenagens, Samuel nos conta que não teve chances de entender “o todo” e que sabe de “histórias picadas”. Já sobre sua mãe, que teve uma vida mais longa e foi muito procurada para entrevistas e homenagens em um momento posterior de valorização dos sobreviventes, Samuel sabe contar com mais detalhes. O mesmo acontece com outros filhos com pai e mãe sobreviventes que faleceram em momentos diferentes, mas as explicações para tanto podem variar. Milene falou sobre sua paciência que veio junto à maturidade: “Só que as vezes papai, na época eu era muito jovem, eu não tinha muita paciência para as histórias... infelizmente eu não tinha muita paciência, porque ele tinha muita história. Aí com a minha mãe foi diferente. A gente teve mais... interesse, vai ficando mais velha, né”^{xxxvii}. No período anterior a esta valorização, não só os sobreviventes não eram procurados para falar, como aqueles que por sua iniciativa queriam fazê-lo, não encontraram ambiente propício ou se depararam com alguma resistência^{xxxviii}.

Outro entrevistado, Icek, se lembra que, depois de mais de trinta anos vivendo na cidade, seu pai foi “avivado” por outro sobrevivente a participar do projeto de entrevistas realizado pelo IHIM. O IHIM começou um projeto de entrevistas gravadas com sobreviventes relativamente cedo, entre 1988 e 1992, o que mostra a relevância e a urgência do tema para o grupo de pessoas envolvidas na instituição mineira. Mesmo com a importância central do projeto, que originou o documentário *Vidas*, com recortes das entrevistas, ao trazer algumas histórias pouco conhecidas ou mesmo absolutamente desconhecidas, podemos dizer que o desconhecimento das histórias dos sobreviventes que se estabeleceram em Belo Horizonte continua grande: 16 sobreviventes foram entrevistados, frente a uma lista hoje conhecida de mais de 70 pessoas.

PÓS-MEMÓRIA EM BELO HORIZONTE: NARRATIVAS DE FILHOS
DE SOBREVIVENTES DA SHOÁ
MOREIRA, J. A. A.

Ademais, é interessante ressaltar que os projetos de entrevistas realizados nessa época, inclusive o Vidas, também contribuíram para certa cristalização de que narrativas do Holocausto eram mais válidas, e que sentidos poderiam ser atribuídos para estas. Destaca-se, por exemplo, o caráter coletivo e judaico e a preocupação com o futuro. A pesquisadora Katia Lerner, refletindo sobre esse aspecto no projeto USC Shoah Foundation, chega a dizer que:

neste contexto mais “restrito” em geral o termo [“futuras gerações”] se referia mesmo aos descendentes diretos e judeus, e aí ao mesmo tempo em que se trata de uma coleção de estórias de vida, de estórias individuais, trata-se de uma coleção que contém uma única narrativa contada 50.000 vezes: a do sofrimento do povo judeu e, mais uma vez, a superação da ameaça de destruição^{xxxix}.

Para a maioria dos filhos entrevistados, essa mudança na forma de lidar com os relatos dos sobreviventes foi percebida ao lado do avanço da idade tanto de filhos quanto de pais. O silêncio, explicado pelos filhos muitas vezes a partir da necessidade psicológica do esquecimento do trauma, da necessidade de olhar para frente para reconstituir a vida, de focar no trabalho e na família, foi impactado com o encontro da maturidade dos filhos com a velhice dos pais ou aproximação da morte, sobretudo para aqueles que puderam envelhecer a partir das décadas de 1980 e 1990.

Além dos processos descritos no bloco anterior do texto, é possível que a redemocratização no Brasil tenha também impulsionado a comunidade judaica a assumir o papel de agente da memória do Holocausto, em um contexto que buscou discutir a importância da memória e os direitos humanos e no qual as narrativas das minorias e das vítimas históricas ganharam espaço. Assim, em um

PÓS-MEMÓRIA EM BELO HORIZONTE: NARRATIVAS DE FILHOS
DE SOBREVIVENTES DA SHOÁ
MOREIRA, J. A. A.

caminho cheio de variáveis, o processo de constituição do Holocausto como trauma coletivo e passado da coletividade judaica em Belo Horizonte conduziu à valorização dos sobreviventes. No entanto, esta valorização é relativa, uma vez que está centrada em um certo tipo de narrativa pautada no sofrimento e que não necessariamente tem a intenção de se aprofundar^{XL}, e que muitas outras histórias seguem desconhecidas.

Ao lado do processo de como esta comunidade conduziu o processo de institucionalização do Holocausto, as entrevistas no permitem refletir também sobre a importância da vivência comunitária na vida desses sobreviventes e suas famílias. Para estes sobreviventes, a comunidade representou muitas vezes a retomada da vida, dos laços sociais e das oportunidades de trabalho. Para seus filhos, pelo menos para aqueles incluídos nessa pesquisa, essa comunidade representou um importante meio de sociabilidade, sobretudo durante a infância. No entanto, as relações entre as famílias de sobreviventes e a institucionalidade judaica nem sempre se deram de maneira natural e harmônica como se pretende o discurso comum.

Em muitas das entrevistas, os filhos expressaram uma ideia quase naturalizada de atração entre os sobreviventes e as instituições judaicas na chegada ao Brasil. Essa busca pela coletividade se deu por força da necessidade e também da escolha, guiadas pelas limitações linguísticas e culturais dos recém chegados. Mas algumas das entrevistas revelam que, na vida de cada um deles, essa naturalização da ajuda mútua entre judeus pode ser relativizada. Em primeiro lugar, destaca-se que redes de ajuda eram mais fortes dentro dos grupos de cada origem: sefaradim e ashkenazim, judeus de cultura ídiche ou não. Em segundo lugar, alguns filhos destacam que a recepção à suas famílias não foi uma

PÓS-MEMÓRIA EM BELO HORIZONTE: NARRATIVAS DE FILHOS
DE SOBREVIVENTES DA SHOÁ
MOREIRA, J. A. A.

recepção de “braços abertos”, e que havia na comunidade uma divisão entre os pré-guerra e pós-guerra como classificaram ao menos dois filhos. A principal diferenciação, apontam, era a de cunho financeiro, uma vez que os chegados antes da guerra já possuíam meios de subsistência estabelecidos. Duas entrevistadas, chegadas em Belo Horizonte já na infância, relatam ter experienciado bullying na Escola Israelita, devido a diferenças culturais e linguísticas. Por último, uma forte divisão ideológica marcou a vida institucional dos judeus na segunda metade do século XX: sionistas e progressistas.

Além das questões práticas, vinculadas a língua e ao trabalho, o estabelecimento de laços com as instituições judaicas foi muitas vezes apontado como a retomada de algo rompido pela perseguição nazista. Para as famílias dos sobreviventes do Holocausto, essa retomada pôde assumir um sentido adicional de triunfo: apesar do genocídio, é “a vida que sempre continua”^{XLI}. Muitas vezes inclusive, a continuidade se impõe como dever, seja o dever dos sobreviventes de preservar o judaísmo na família em honra aos seus antepassados, seja o dever dos filhos em continuar este judaísmo no futuro. Samuel lembra-se desse dever: “Com certeza! Se nós chegamos vivos até aqui é por... que tivesse o objetivo de perpetuar o judaísmo. Isso era muito claro pra minha mãe, na fala dela, e pro meu pai”^{XLII}.

Entretanto, ao observarmos que esses sobreviventes vieram de países diferentes, de condições sociais, estruturas familiares, ideológicas e religiosas diferentes, cabe questionar o significado desta “continuidade”, supostamente encontrada por eles na vida judaica mineira. Tanto em certa historiografia quanto no discurso corrente, há uma abordagem amplamente difundida que tende a ler as organizações comunitárias como continuidades, ou “manutenções” – ainda que com percalços – das estruturas sociais judaicas dos locais de origem,

PÓS-MEMÓRIA EM BELO HORIZONTE: NARRATIVAS DE FILHOS
DE SOBREVIVENTES DA SHOÁ
MOREIRA, J. A. A.

sobretudo do leste europeu. Essa visão naturaliza a “comunidade judaica” como uma entidade abstrata e ao mesmo tempo aglutinadora, quando essa, na verdade, é um conceito elástico que pode e deve ser desnaturalizado. Assim, tal “continuidade” da vida judaica é, na verdade, uma reelaboração dessa condição, que dependeu também da situação de interação social dos judeus com a cidade – relação que tem marcas anteriores à guerra. Para muitos deles, essa continuidade significou uma total mudança. Para a segunda geração, o judaísmo aparece enquanto concepção cultural, de maneira muito parecida entre os entrevistados, onde os fatores de convivência sociais se sobressaem às leis religiosas.

Nessa narrativa comum, elaborada a partir de um “olhar comunitário” os judeus europeus sofreram uma perseguição trágica e aqueles que sobreviveram se reestabeleceram em uma comunidade unida, capaz de agregar a todos para a continuidade do judaísmo. As narrativas, ou episódios, que inflexionam essa formulação sobre o passado revelam a complexidade dos meandros da memória social. A partir desta complexidade, percebemos “comunidades judaicas” de memória, ou instituições de memória, ou mesmo sujeitos de memória – sempre no plural. Com as quais as narrativas pessoais podem sempre se chocar, “pessoas e não grupos, se lembram”, como alerta Portelli. Quando falamos de memória coletiva não estamos falando da soma de diversas memórias individuais, mas de “uma formalização igualmente legítima e significativa, mediada por ideologias, linguagens, senso comum e instituições”^{XLIII}.

A história de uma família: caminhos da pós-memória

PÓS-MEMÓRIA EM BELO HORIZONTE: NARRATIVAS DE FILHOS
DE SOBREVIVENTES DA SHOÁ
MOREIRA, J. A. A.

Ao mesmo tempo em que vivenciavam o processo comunitário e coletivo de memória e representação do Holocausto, os entrevistados vivenciavam uma relação mais íntima com tal passado: é o passado de sua família.

Lea: Então o que eu sei, é porque a gente ficava sabendo porque sabia. **A história de uma família.** Ele não chegou um dia sentou e me contou, não fez isso com ninguém. Então isso que eu sei porque já li, teve uma época da minha vida que eu lia muito sobre a Segunda Guerra Mundial e sei que ele passou por isso. Esteve num campo de trabalho, a gente sabe, mas, assim, os detalhes eu não sei^{XLIV}.

Essa fala nos permite levantar alguns importantes pontos sobre o trabalho da pós-memória: a relação com o passado constitui-se em um vínculo que não tem um início determinado. É um passado que ressurge cotidianamente e naturalmente em suas vivências. Essa volta do passado não acontece apenas narrativamente – sabemos que alguns desses sobreviventes falavam muito pouco ou quase nada sobre sua experiência – mas principalmente pela linguagem da família: a linguagem do corpo, dos atos não verbais, através do que Hirsch chama de sintomas. Esses sintomas, resquícios ou emanações, também informam os filhos sobre o passado, ainda que de forma profundamente subjetiva. Mesmo que tais sintomas testemunhados pelos filhos ou que as narrativas fragmentadas que ouvirem sejam apenas a superfície do sofrimento dos sobreviventes, como disse Didi-Huberman, “há superfícies que transformam o fundo das coisas ao redor”^{XLV}. Nessa comunicação sobre e com o passado, a linguagem da família é afetiva e simbólica criando uma “conexão viva”, como chamou Eva Hoffman^{XLVI}.

Essa “conexão viva” aparece nas entrevistas nos diversos aspectos pelos quais a Shoá, fato acontecido antes do nascimento dos participantes do projeto,

PÓS-MEMÓRIA EM BELO HORIZONTE: NARRATIVAS DE FILHOS
DE SOBREVIVENTES DA SHOÁ
MOREIRA, J. A. A.

volta para informar sobre sua realidade. Isso inclui onde vivem, sua situação social e sua própria existência, à rigor. Suely traz uma fala interessante para pensarmos sobre o aspecto cotidiano do tema para alguns deles, sobretudo na infância, quando o contato com o passado precede a percepção do evento histórico em específico: “Engraçado, quando eu era criança eu achava que todo mundo era sobrevivente. Depois eu fui descobrindo ‘esse chegou depois, esse chegou antes, chegou antes, chegou antes’ e tal”^{XLVI}. Nesse sentido, da subjetividade, filhos de pais que falavam muito sobre o tema e filhos de pais que falavam muito pouco possuem frases parecidas, que expressam “angústia” e a sensação de um sentimento que foi passado ou transmitido entre gerações.

A fala de Werner: “Então ver sobre Holocausto, ler, ver filme, isso tudo comove, né. Porque está entranhado nas nossas raízes. Muito próximo. Não vivemos isso, mas... pai né? Primeiro grau, sempre viveu isso”^{XLVIII}, nos informa que, o pai “sempre viveu isso”, destacando o constante retorno do trauma para muitos dos sobreviventes. Ademais, podemos destacar que, apesar da impossibilidade de sentir a dor do Outro, esse Outro para a segunda geração era alguém muito próximo, “pai né?”.

Dentre os sintomas destacados pelos filhos como resquícios do passado, podemos destacar: pesadelos, trejeitos, manias, a relação com a alimentação – algo destacado por muitos, através da dificuldade dos pais em lidar com a falta e a exigência da abundância – resquícios físicos como dores de cabeça, cicatrizes e doenças. Além desses, um aspecto ressaltado por alguns dos filhos foi uma espécie de comportamento de quem se prepara ou espera outra perseguição, ou se comporta para evitá-la. Samuel, refletindo sobre isso, chama esse comportamento de “síndrome do judeu escorraçado”^{XLIX}, que envolve uma

PÓS-MEMÓRIA EM BELO HORIZONTE: NARRATIVAS DE FILHOS
DE SOBREVIVENTES DA SHOÁ

MOREIRA, J. A. A.

desconfiança com o meio, mesmo diante de uma aparente tranquilidade. Isso se traduziu, em alguns casos, em uma postura sócio-política de discrição, como Ethel expressa: “Gato escaldado tem medo de água fria, né? Quem passou por tudo isso não vai chegar em um outro país e questionar qualquer coisa”^L. Vale ressaltar que nem todos os sobreviventes expressaram um especial medo do antissemitismo, como disseram ao menos dois dos filhos entrevistados.

Ao lado das emanações não verbais, estes filhos tiveram contato também com a narrativa, ainda que fragmentada e dispersa em episódios. O pai de Jacqueline por exemplo, é um dos sobreviventes que mais conta sua história na cidade, participando de palestras e homenagens diversas.

Jacqueline: E ele contava na mesa também, *shabat*, ele sempre contava das coisas, *Pessach* ele sempre contava das coisas, era aquele peso. Ele passava uma coisa muito pesada. A gente não tinha festividades alegres não, sabe. Era muito pesado, porque tinha aquela sombra da família dele que ele perdeu. Principalmente de não saber da mãe dele, o que aconteceu com ela, e do irmãozinho, que foi levado... ele fala sempre^L.

Outro retorno do passado para esta segunda geração que se fez muito presente nas entrevistas foi a dimensão da perda: a perda de bens, de propriedades, de segurança, de nacionalidade e principalmente de familiares. Jacqueline relata: “Por ser meu pai que eu amava tanto, ele contando isso, eu sentia aquela tristeza, né, de [ele] ter perdido a mãe”. Ao falar da tristeza de ter perdido a mãe, ela não usa a palavra “ele”, como sujeito da perda. Ao enunciar desta maneira, tanto o pai quanto ela própria se tornam os sujeitos da perda e da tristeza, ela vive a perda “visceralmente”, como expressou em outro trecho, associando-se afetivamente aos efeitos deste passado doloroso.

PÓS-MEMÓRIA EM BELO HORIZONTE: NARRATIVAS DE FILHOS
DE SOBREVIVENTES DA SHOÁ
MOREIRA, J. A. A.

Samuel também expressa a perda da família como algo que se refletiu em sua vida: “Você sabe o que que é, por exemplo, as grandes famílias, isso tudo, isso não existe, a gente não tem esse conceito. A gente tem o conceito dos nascimentos pós guerra, que foram algo de extraordinário. Criação de uma nova família, apesar de tudo, o nazismo não nos venceu”^{LI}. No projeto Vidas, a mãe de Samuel, Chana, relata que os filhos, à época pequenos, perguntavam sempre porque não tinham avós e tios. Ademais, a própria existência de uma família posterior à tragédia constitui-se como um fato relacionado ao passado, o “algo de extraordinário”. É esse contato infantil, de quem ainda não pode entender, mas se encontra com a necessidade de fazê-lo, que resulta no tomar parte, por vezes assumir uma responsabilidade ou lugar na lida com o passado, o que caracteriza a pós-memória destes sujeitos.

Por último, um ponto recorrente que vincula os sujeitos da segunda geração à Shoá se refere a seus nomes, muitas vezes escolhidos em homenagem a algum parente perdido no genocídio, algo que precede a escolha e a consciência do sujeito, já que é escolhido por outro, mas que “confere um apoio de linguagem, um aspecto decididamente autorreferencial”^{LII}. Muitas vezes, inclusive, a segunda geração também nomeou seus filhos, os netos de sobreviventes, com o nome destes parentes. O costume de dar nomes de parentes aos filhos é um costume judaico, mas para estas famílias as homenagens ganham um adicional fator emocional e memorial, como foi amplamente citado nas entrevistas.

No entanto, mesmo havendo aspectos narrativos e aspectos não-verbais que estabeleceram conexões da segunda geração com o passado da geração anterior, essa relação é constantemente relativizada, principalmente por se tratar uma experiência limite e de ruptura. Segundo Marianne Hirsch, o caráter

PÓS-MEMÓRIA EM BELO HORIZONTE: NARRATIVAS DE FILHOS
DE SOBREVIVENTES DA SHOÁ
MOREIRA, J. A. A.

traumático da Shoá inflexiona os caminhos “regulares” da memória, rompendo as linhas e processos que conectam a lembrança das vivências pessoais à memória coletiva, por meio da qual acontece a transferência da memória ao longo do tecido intergeracional. Nas entrevistas, isso aparece recorrentemente, principalmente através do “não saber” a história dos pais, ainda que reconhecendo que esse passado é fundamental para a referencialidade de si.

Esse conflito aparece na fala de Lea, trazida no início desta seção. Ao mesmo tempo em que ela expressa que “ficava sabendo porque sabia” ela também diz que “mas, assim, os detalhes eu não sei”. Essa naturalidade de um saber, ao lado da ausência deste saber acompanha as formulações da pós-memória que estudamos. Muitas vezes, esse não conhecimento, e a ausência de maneiras possíveis de conhecer foram expressas como a descontinuidade: o abismo que existe entre as gerações.

Esta falta do saber teve várias explicações: a idade, a hesitação em procurar saber, motivada pela intenção de evitar o sofrimento do pai/mãe – proteção que também foi mencionada no sentido contrário, dos pais em relação aos filhos –, o foco no “hoje” e no trabalho dos sobreviventes, ao tentarem reconstruir suas vidas e, por último, a própria impossibilidade rigorosa de conhecer a experiência de um Outro. O incômodo ocasionado por esse afastamento – ou ruptura geracional – reside no fato de esse pedaço faltante na sequência de acontecimentos ter um peso reconhecidamente grande nas narrativas de si: um passado traumático que se recebe em algum nível dos sentimentos e que informa sobre a história e dinâmica da própria família.

Uma vez que este tecido é rompido, portanto, a pós-memória busca por outros meios possam reconectar essa linha, como o conhecimento sobre o

PÓS-MEMÓRIA EM BELO HORIZONTE: NARRATIVAS DE FILHOS
DE SOBREVIVENTES DA SHOÁ

MOREIRA, J. A. A.

passado vindo de outras formas de mediação. É aí que a segunda geração recorre ao repertório coletivo. Essas referências que orbitaram a história familiar ao longo da vida da segunda geração se confundem ou se imbricam com a própria referência afetiva familiar. Segundo Hirsch, um filho de sobreviventes “só pode imaginar a experiência de seu pai em Auschwitz por meio de uma imagem amplamente conhecida do arquivo público. Mesmo a transmissão familiar mais íntima do passado é, ao que parece, mediada por imagens e narrativas públicas”^{LIV}. Essas outras narrativas e imagens públicas passam a fazer parte do “repertório interno” que compõe o imaginário de cada um. Naturalmente, por se tratar de operação profundamente pessoal e subjetiva, envolve o repertório de cada um dos entrevistados de acordo com suas experiências particulares, lugares que estiveram, gênero, profissão, relação familiar, entre outros inúmeros fatores. Para nós, é interessante percebermos as possibilidades que a pós-memória coloca para essa elaboração que conjuga o pessoal, o familiar, o comunitário e coletivo em construções orais de temporalidade plural. Vejamos a fala de Fany como exemplo:

Fany: Muitas coisas a gente foi conhecendo no decorrer mesmo do crescimento, na escola judaica... ou em outras comunidades.

Júlia: E você especificamente teve curiosidade de saber mais, de buscar filmes etc.?

Fany: Sempre tive muuuita curiosidade. Porque, assim, eu sou uma pessoa particularmente... eu herdei isso do meu pai. Eu como livro, eu amo ler, eu amo conhecer, e tive a oportunidade de viajar muito, eu conheço muito. Então, em todos os lugares que eu fui, principalmente na Europa, eu sempre busquei muito, papel, documento, história... tipo, eu vou lá pra Holanda, vou na casa da Anne Frank, vou lá pra não sei aonde, eu vou procurar o museu do Holocausto. Então,

PÓS-MEMÓRIA EM BELO HORIZONTE: NARRATIVAS DE FILHOS
DE SOBREVIVENTES DA SHOÁ
MOREIRA, J. A. A.

acaba que você vai amadurecendo, você vai procurando saber da sua história. E com relação ao judaísmo, eu também sempre fui muito curiosa^{LV}.

Na busca da “sua história”, Fany recorreu a seu crescimento na escola judaica, a suas leituras, a documentos e viagens, inclusive sua visita à Casa Anne Frank, mesmo que a história de seu pai, um judeu polonês, tenha muito pouco a ver com a história de Anne Frank. Ainda assim, narrativas do Holocausto como evento histórico, sobretudo aquelas dos museus, funcionam para responder à demanda pela sua própria história familiar. Desta maneira, museus, filmes, livros e histórias escutadas atuam de diversas maneiras onde o referencial familiar falta.

Outra entrevistada, Milene, filha de pai e mãe sobreviventes que sempre contaram suas experiências em casa, se lembra de quando viu A Lista de Schindler: “eu só chorava, porque eu falava ‘Meu Deus, isso tudo é real?’. Porque uma coisa é ouvir, outra coisa é ver. E ver que realmente, não que eu não acreditasse, de forma alguma, mas assim, se torna mais real quando é filme, e mexe muito com a gente. Mexe muito^{LVI}. Assim, além de tornar o horror palpável e visível, o filme parece também ter dado uma dimensão maior à vivência contada pelos pais, a noção de que o que seus pais viveram faz parte de um evento histórico com nome próprio, faz parte do “real”.

Essas e várias outras referências mobilizadas nas falas dos filhos, ao permitirem identificar proximidades, preencher lacunas e gerar empatia, são capazes de reconectarem a segunda geração ao passado, reordenando o “tecido geracional”. Alguns dos filhos encontraram esse (re)conector a partir de pesquisas feitas. Henri nos conta que ele passou a vida sem saber a história de seu pai, que apenas o contava uma história genérica e episódios dispersos. Já no fim da vida

PÓS-MEMÓRIA EM BELO HORIZONTE: NARRATIVAS DE FILHOS
DE SOBREVIVENTES DA SHOÁ
MOREIRA, J. A. A.

de seu pai, ele conseguiu acesso, a partir de um pedido virtual, ao passaporte de seu pai. Ao mostrar o documento para seu pai, ele relata: “Assim, todos nós nos emocionamos muito, na hora que a gente viu a foto, eu me reconheci, meu filho se reconheceu na foto, a gente reconheceu ele, foi muito emocionante, como se eu achasse... Aquilo fez um sentido muito grande na minha vida.”^{LVII}.

Esse “sentido” ao reconhecerem-se, filho, neto e avô sobrevivente, se opõe à lacuna geracional, à ruptura traumática. Uma das entrevistadas, Suely, traduz a importância do saber histórico em sua frustração com a dificuldade em achar informações sobre a família de seu pai:

Suely: Mas isso foi recente, eu passei uns 5 anos pesquisando, pesquisando, pesquisando, pesquisando, não tinha nada. Eu falava gente não é possível, meu pai não existiu, a família do meu pai não existiu, que coisa mais frustrante. Sabe, é impressionante como que o papel é importante. Papel! Aqui óh [levantando papéis da mesa], seu pai existiu de fato! E eu não conseguia nada.^{LVIII}

Depois de uma longa busca, ela conseguiu achar alguns documentos que localizavam a história da família de seu pai, da qual ele foi o único sobrevivente. Para que eles passassem a “existir” simbolicamente, Suely foi pessoalmente registrar os nomes em alguns museus e enviou o registro para alguns outros.

Por último, em grande parte dos casos estudos a retomada da linha geracional deu-se também pelo reconhecimento dos sujeitos entrevistados como parte de uma coletividade judaica, que permanecia ao longo do tempo e que poderia e deveria, mais uma vez, continuar.

De dentro da sua complexidade, vemos que estas narrativas de segunda geração se encontram em algum lugar da tensão entre conexão e

PÓS-MEMÓRIA EM BELO HORIZONTE: NARRATIVAS DE FILHOS
DE SOBREVIVENTES DA SHOÁ
MOREIRA, J. A. A.

ruptura/descontinuidade. Nesse lugar, cada um mobiliza, a seu modo, as referências que compõe seu repertório pessoal e subjetivo, advindas de suas experiências pessoais e das experiências coletivas discutidas anteriormente, de maneira a constituir sua narrativa. Essa composição, portanto, é o resultado do trabalho da pós-memória, e demonstra a riqueza desta chave de análise.

Considerações finais

As narrativas da segunda geração, como temos argumentado, é atravessada por diversas camadas de memória. Há aquilo que advém da subjetividade de cada um deles e das suas experiências pessoais e familiares; há as falas que surgem das – e expressam as – dinâmicas sociais e identitárias que dizem respeito à experiência judaica em Minas Gerais e há a percepção que muda à medida que mudam as narrativas sobre o passado em um movimento amplo de memória coletiva. Cada uma destas camadas – ou escalas de percepção – são, ainda, variadas pela temporalidade, uma vez que a construção de um trauma coletivo, processo pelo qual passou a narrativa do Holocausto, é permeado por disputas narrativas, agência de sujeitos sociais, e mudanças no contexto cultural que ocorreram ao longo da vida dos entrevistados.

Essas narrativas, trabalhadas a partir da pós-memória, são marcadas por dualidades e impasses: entre a lembrança e o esquecimento, entre pertencimento e rompimento, entre a necessidade e a impossibilidade de imaginar e saber e, sobretudo, por representarem estes filhos a nova vida, sob a marca do que passou. Nessa composição, o trauma encontra os filhos nos vários sentidos em que pode ser entendido, pessoal e coletivamente. É claro que, quando falamos de uma memória herdada, através das significações e afetos amplamente colocados

PÓS-MEMÓRIA EM BELO HORIZONTE: NARRATIVAS DE FILHOS
DE SOBREVIVENTES DA SHOÁ
MOREIRA, J. A. A.

pelos entrevistados, não estamos falando de uma transmissão de lembranças – isto sabemos ser impossível. Os afetos em relação ao passado são “não memórias”, encontram-se nesse lugar ambíguo, marcado pelo “pós”.

Verem, ao longo de suas vidas, o sofrimento de seus pais ser transformado em um trauma coletivo, de certa forma, deu a estes filhos a linguagem e as imagens necessárias para imaginar e expressar, necessárias à sua própria elaboração do passado. Por isso, o processo sobre o qual nos debruçamos mostra uma memória em trânsito: entre referenciais, temporalidades e, constantemente, entre o privado e o público, limite este continuamente borrado nas representações da Shoá. Sobre o trânsito entre essas camadas não podemos pressupor coerência, sobreposição ou linearidade: essa é a dinâmica da narrativa dos sujeitos que se reordenam na oralidade. Tampouco podemos concluir que o tempo levou à superação do esquecimento ou das dificuldades em lidar com o passado traumático. O que observamos, sim, é a “reencarnação” das angústias sob novos dilemas, e das consequências do passado que fazem sentido a longo prazo nessa geração, assim como da experiência de “algo de extraordinário”, representado pela vida que continua.

Notas

¹ Apesar das diferenças entre os termos “Shoá” e “Holocausto” e suas problemáticas, usaremos ambos como sinônimos, referentes ao genocídio dos judeus perpetrado pelos nazistas. Sobre o debate dos nomes, ver: DANZIGER, Leila. Shoah ou Holocausto: a aporia dos nomes. *Arquivo Maaravi: Revista digital de estudos judaicos da UFMG*, v.1, n.1, p. 50-58, 2007.

² SULEIMAN, Susan. *Crises de memória e a Segunda Guerra Mundial*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2019.

PÓS-MEMÓRIA EM BELO HORIZONTE: NARRATIVAS DE FILHOS
DE SOBREVIVENTES DA SHOÁ
MOREIRA, J. A. A.

-
- ^{III} TODOROV, Tzvetan. *Memória do mal, tentação do bem: uma análise do século XX*. São Paulo: Arx, 2002. p. 141.
- ^{IV} SULEIMAN, Susan. *Crises de memória e a Segunda Guerra Mundial*, 2019. p. 12.
- ^V BUARQUE, Virgínia A. Castro e CUNHA, Nara Rúbia. A historiografia em viés testemunhal: *Locus: revista de história*, Juiz de Fora, v. 20, n. 2, p. 9-27, 2015, p. 13.
- ^{VI} SELIGMANN-SILVA, Marcio. A história como trauma. Arthur; SELIGMANN-SILVA, Márcio (orgs.). *Catástrofe e representação: ensaios*. São Paulo: Escuta, 2000. p.83-87.
- ^{VII} LACAPRA, Dominick. *Historia y Memoria después de Auschwitz*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2009. p.21-38.
- ^{VIII} HIRSCH, Marianne. *The Generation of Postmemory: Writing and Visual Culture After the Holocaust*. Columbia University Press, 2012.
- ^{IX} TRAVERSO, Enzo. Europa y sus memorias. Resurgimientos y conflictos. In: *La historia como campo de batalla: interpretar las violências del siglo XX*. Buenos Aires. Fondo de Cultura Económica, 2012. p.285-286. Tradução livre.
- ^X ALEXANDER, Jeffrey. *Trauma: A social theory*. Malden: Polity Press, 2012. p.3.
- ^{XI} Seria um processo de “Coding, Weighting, Narrating” (codificar, atribuir sentido/ponderar, e narrar).
- ^{XII} A cultura de história é a relação que uma sociedade mantém com o passado, produzida na circularidade entre materiais e procedimentos posicionados no mundo da cultura. ABREU, M. S. de; CUNHA, N. R. de C. Cultura de história, história pública e ensino de história: investigação e formação de professores de história. *Revista História Hoje*, v. 8, n. 15, p. 111-134, jun. 2019.
- ^{XIII} Tragédia e drama são categorias resgatados por Alexander a partir da definição de Aristóteles sobre a maneira narrativa.
- ^{XIV} TRAVERSO, Enzo. La historia como campo de batalla. 2012. p.287-295.
- ^{XV} REISS, Carlos. Luz sobre o caos: educação e memória do Holocausto. Rio de Janeiro: Imprimatur, 2018. p. 37.
- ^{XVI} ALEXANDER, Jeffrey. *Trauma: A social theory*, 2012. p.57.
- ^{XVII} ALEXANDER, Jeffrey. *Trauma: A social theory*, 2012. p.62. Vale destacar é claro, que esse processo não acontece sem disputas. Mesmo dentre os Estados europeus, as narrativas internas sobre o período podem entrar em conflito com as demandas diplomáticas, como acontece nas comemorações e eventos internacionais. TRAVERSO, Enzo. *La historia como campo de batalla*. 2012. p. 301-316.
- ^{XVIII} FELMAN, Shoshana. O inconsciente jurídico: Julgamentos e traumas no século XX. São Paulo: EDIPRO, 2014. p.8 e p.21.
- ^{XIX} LERNER, Katia. Memórias de dor: coleções e narrativas sobre o Holocausto. Brasília: Minc/IBRAM, 2013. p.42.
- ^{XX} REISS, Carlos. *Luz sobre o caos*, 2018, p.62.
- ^{XXI} FELMAN, Shoshana. *O inconsciente jurídico*, 2014. p.168.
- ^{XXII} ALEXANDER, Jeffrey. *Trauma: A social theory*, 2012. p.90-91.
- ^{XXIII} REISS, Carlos. *Luz sobre o caos*, 2018, p.56-57.
- ^{XXIV} ALEXANDER, Jeffrey. *Trauma: A social theory*, 2012. p.74.

PÓS-MEMÓRIA EM BELO HORIZONTE: NARRATIVAS DE FILHOS
DE SOBREVIVENTES DA SHOÁ

MOREIRA, J. A. A.

-
- xxv REISS, Carlos. *Luz sobre o caos*, 2018. p.230.
- xxvi Ver: SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org.). *História, memória, literatura: o testemunho na Era das catástrofes*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- xxvii KURTZ, Adriana. A construção cinematográfica do Holocausto e seus riscos. *Revista do Instituto Humanitas Unisinos*. Nº 501, Ano XVII, 27/3/2017, p.24-31.
- xxviii NAZÁRIO, Luiz. Os riscos de recontar um genocídio como uma história agridoce. *Revista do Instituto Humanitas Unisinos*. Nº 501, Ano XVII, 27/3/2017, p.31-38.
- xxix REISS, Carlos. *Luz sobre o caos*, 2018. p.84.
- xxx GLICK, Werner e Morgana. [1965 e 1960] Entrevistadora: Júlia Amaral. Belo Horizonte, IHIM, 04 jul. 2018
- xxxi PELBART, Peter Pál. Cinema e holocausto. NESTROVSKI, Arthur; SELIGMANN-SILVA, Márcio (orgs.). *Catástrofe e representação: ensaios*. São Paulo: Escuta, 2000, p. 176.
- xxxii Apud ALEXANDER, Jeffrey. *Trauma: A social theory*, 2012. p.63.
- xxxiii LERNER, Katia. *Memórias de dor*, 2013. p. 60-61
- xxxiv CUPERSCHMID, Ethel Mizrahy. *Judeus entre dois mundos: primórdios da comunidade judaica de Belo Horizonte*. Belo Horizonte, MG: Marketing Aumentado, 2013. p. 231.
- xxxv Para essa pesquisa – assim como para o Museu do Holocausto e para o *Yad Vashem* – a definição de sobrevivente do Holocausto inclui aqueles que saíram da Alemanha a partir de 1933 e, portanto, já estavam sob o jugo nazista, e também aqueles que se esconderam durante o período.
- xxxvi Ao citar o Yom Kipur Samuel provavelmente confunde com Pessach, a festa judaica próxima ao Yom Hashoá, que acontece “normalmente mês de abril” como ele aponta posteriormente. FLAM, Samuel. [1955] Entrevistadora: Júlia Amaral. Belo Horizonte, IHIM, 05 jan. 2018.
- xxxvii ROSENMAN, Milene. [1976] Entrevistadora: Júlia Amaral. Belo Horizonte, IHIM, 13 abr. 2019.
- xxxviii SELIGMANN-SILVA, Márcio. *Literatura da Shoah no Brasil*. *Arquivo Maaravi: Revista Digital de Estudos Judaicos da UFMG*. Belo Horizonte, v. 1, n. 1, out. 2007.
- xxxix LERNER, Katia. *Memórias de dor*, 2013. p. 155.
- xl Bauman critica duramente o tratamento superficial dado ao Holocausto em cerimônias e produtos culturais. BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e Holocausto*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- xli KACOWICZ, Ethel. [1961] Entrevistadora: Júlia Amaral. Belo Horizonte, IHIM, 26 jul. 2018.
- xlii FLAM, Samuel. [1955] Entrevistadora: Júlia Amaral. Belo Horizonte, IHIM, 05 jan. 2018.
- xliiii PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): Mito, política, luto e senso comum. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta Morais (org). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 3ª edição, 2000, p. 128.
- xliv PFEFFER, Lea. [1952] Entrevistadora: Júlia Amaral. Belo Horizonte, IHIM, 24 abr. 2018.
- xlvi DIDI-HUBERMAN, Georges. *Cascas*. São Paulo: Editora 34, 2017. p. 70.
- xlvi HIRSCH, Marianne. *The Generation of Postmemory*, 2012. p. 1.
- xlvi GRYNBERG, Suely. [1957] Entrevistadora: Júlia Amaral. Belo Horizonte, IHIM, 16 jul. 2018.
- xlvi GLICK, Werner e Morgana. [1965 e 1960] Entrevistadora: Júlia Amaral. Belo Horizonte, IHIM, 04 jul. 2018.

PÓS-MEMÓRIA EM BELO HORIZONTE: NARRATIVAS DE FILHOS
DE SOBREVIVENTES DA SHOÁ
MOREIRA, J. A. A.

- ^{XLIX} FLAM, Samuel. [1955] Entrevistadora: Júlia Amaral. Belo Horizonte, IHIM, 05 jan. 2018.
- ^L KACOWICZ, Ethel. [1961] Entrevistadora: Júlia Amaral. Belo Horizonte, IHIM, 26 jul. 2018.
- ^{LI} KATINA, Jacqueline. [1961] Entrevistadora: Júlia Amaral. Belo Horizonte, IHIM, 24 jan. 2019.
- ^{LII} FLAM, Samuel. [1955] Entrevistadora: Júlia Amaral. Belo Horizonte, IHIM, 05 jan. 2018.
- ^{LIII} RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, p. 139.
- ^{LIV} HIRSCH, Marianne. *The Generation of Postmemory*, 2012. p. 30.
- ^{LV} KACOWICZ, Fany. [1957] Entrevistadora: Júlia Amaral. Belo Horizonte, IHIM, 26 jun. 2018.
- ^{LVI} ROSENMAN, Milene. [1976] Entrevistadora: Júlia Amaral. Belo Horizonte, IHIM, 13 abr. 2019.
- ^{LVII} KAUFMANNER, Henri. [1960] Entrevistadora: Júlia Amaral. Belo Horizonte, IHIM, 28 abr. 2018.
- ^{LVIII} GRYNBERG, Suely. [1957] Entrevistadora: Júlia Amaral. Belo Horizonte, IHIM, 16 jul. 2018.

Bibliografia

- ABREU, M. S. de; CUNHA, N. R. de C. Cultura de história, história pública e ensino de história: investigação e formação de professores de história. **Revista História Hoje**, v. 8, n. 15, p. 111-134, jun. 2019.
- ALEXANDER, Jeffrey. **Trauma: A social theory**. Malden: Polity Press, 2012.
- AMARAL, Júlia. CALVO, Julia. As vozes da História e as vozes na História: revisitando a memória dos sobreviventes do Holocausto em Belo Horizonte. **Revista de Estudos Judaicos**. Ano 14, n.11, p.118-145, 2015/2016.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Holocausto**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- BUARQUE, Virgínia A. Castro e CUNHA, Nara Rúbia. A historiografia em viés testemunhal: **Locus: revista de história**, Juiz de Fora, v. 20, n. 2, p. 9-27, 2015.
- CUPERSCHMID, Ethel Mizrahy. **Judeus entre dois mundos: primórdios da comunidade judaica de Belo Horizonte**. Belo Horizonte, MG: Marketing Aumentado, 2013.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. **Cascas**. São Paulo: Editora 34, 2017.
- FELMAN, Shoshana. **O inconsciente jurídico: Julgamentos e traumas no século XX**. São Paulo: EDIPRO.
- GHERMAN, Michel; GRIN, Monica. Breve balanço sobre os estudos judaicos no Brasil. **Cuadernos Judaicos**, n. 34, pp. 34-60, 2017.
- HIRSCH, Marianne. **The Generation of Postmemory: Writing and Visual Culture After the Holocaust**. Columbia University Press, 2012.

PÓS-MEMÓRIA EM BELO HORIZONTE: NARRATIVAS DE FILHOS
DE SOBREVIVENTES DA SHOÁ
MOREIRA, J. A. A.

HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

KURTZ, Adriana. A construção cinematográfica do Holocausto e seus riscos. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**. Nº 501, Ano XVII, 27/3/2017.

LACAPRA, Dominick. **Escribir la historia, escribir el trauma**. Buenos Aires: Nueva Visión, 2005.

LERNER, Katia. **Memórias de dor**: coleções e narrativas sobre o Holocausto. Brasília: Minc/IBRAM, 2013.

NAZÁRIO, Luiz. Os riscos de recontar um genocídio como uma história agridoce. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**. Nº 501, Ano XVII, 27/3/2017, p.31-38.

PFEFFER, Renato. **Vidas que sangram história**: a comunidade judaica de Belo Horizonte. Belo Horizonte. C/ Arte: FACE-FUMEC. 2003.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

REISS, Carlos. **Luz sobre o caos**: educação e memória do Holocausto. Rio de Janeiro: Imprimatur, 2018.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SELIGMANN-SILVA, Márcio (orgs.). **Catástrofe e representação**: ensaios. São Paulo: Escuta, 2000.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Literatura da Shoah no Brasil. **Arquivo Maaravi**: Revista Digital de Estudos Judaicos da UFMG. Belo Horizonte, v. 1, n. 1, out. 2007.

SULEIMAN, Susan. **Crises de memória e a Segunda Guerra Mundial**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2019.

TODOROV, Tzvetan. **Memória do mal, tentação do bem**: uma análise do século XX. São Paulo: Arx, 2002.

TRAVERSO, Enzo. Europa y sus memorias. Resurgimientos y conflictos. In: **La historia como campo de batalla: interpretar las violências del siglo XX**. Buenos Aires. Fondo de Cultura Económica, 2012.